



Partido
Socialista
dos Trabalhadores
Unificado

Ano I nº 18
10/10 a 16/10/1996
Contribuição R\$ 1,00

Opinião SOCIALISTA

200.000

votam no PSTU



Sérgio Koei

**Veja quem
ganhou
e quem perdeu
nas eleições**

página 5

**Centrais sindicais
do Cone Sul
fazem reunião
em São Paulo**

página 8

**Rebelião
palestina volta
a sacudir
Oriente Médio**

páginas 10 e 11

Manipulação. A operação (fracassada) montada pelo governo e meios de comunicação para salvar a candidatura de José Serra não foi brincadeira. O debate entre candidatos na Rede Bandeirantes e as manchetes dos principais jornais na véspera e no dia das eleições foram grosseiras tentativas de manipulação. "Pitta vai a 40% e Erundina cai" (Folha de S.Paulo), "Erundina e Serra estão empatados", (Jornal da Tarde do mesmo grupo do jornal O Estado de S.Paulo), foram algumas das manchetes. A diferença de votos entre Serra e Erundina foi de 8% a favor da candidata petista. Ou seja, tentaram montar uma realidade que não existia. Um escândalo. A Rede Globo fez escola.

Em baixa. A igreja do Bispo Edir Macedo já não é a mesma em termos eleitorais. Em São Paulo, dos quatro candidatos a vereador que a turma da Universal apoiava, apenas um se elegeu. No total, os quatro candidatos somaram 60 mil votos. Em troca de um acordo espúrio (suspender os processos que existem contra a igreja) com o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, a Universal apoiou José Serra no primeiro turno. Agora, é Maluf que busca um acordo com os bispos de Macedo, esperando com isso obter 600 mil votos no segundo turno. Será?

Usineiros. Um novo levantamento realizado pelo Banco do Brasil apontou que das 112 usinas da Zona da Mata Nordeste, 58 estão quebradas. Mesmo as 42 consideradas "viáveis" precisam de algum tipo de "ajuda", segundo o mesmo relatório do BB. Ou seja, a dívida de R\$ 5,5 bilhões dos usineiros para com o Banco do Brasil não tem como ser paga. Ao invés de punir esses caloteiros que sangram cofres públicos (que diabos fizeram com tanto dinheiro?), confiscar seus bens e propriedades, o governo estuda a adoção de uma espécie de Proer para usineiro. Enquanto isso, o BB vai indo para o espaço para cumprir sua função "social" com esta oligarquia.

Listão. Saiu a lista de órgãos públicos que FHC e o seu ministro da Administração, Bresser Pereira, querem extinguir. Estão na lista, entre outros, a Central de Medicamentos, a Fundação Nacional da Saúde, a Funai, a Sunab e o Centro de Processamento de Dados (Datamec). Não se sabe ao certo o que poderá acontecer com os trabalhadores desses órgãos. Tudo em nome de reduzir o déficit, os rombos etc. Parar de pagar os juros da dívida interna (que vão consumir R\$ 25,2 bilhões do orçamento de 1997), por exemplo, nem pensar.

Governadores. Organizado pelo governador petista Vítor Buáiz, governadores de 13 estados do país realizaram um encontro no último dia 8. O objetivo era fechar uma pauta conjunta de reivindicações a ser levada ao presidente da República. Algumas das sugestões dos governadores são: alongar o prazo das dívidas, pedir mais recursos do BNDES para realizar privatizações e recursos da CEF para extinção de estatais. Em resumo, encabeçados por Buáiz, os governadores querem acelerar ainda mais a Reforma Administrativa nos estados.

Chefes. No último dia 1º, o Banco Mundial sugeriu que o governo Menem corte os salários dos argentinos e de quebra acabe com a estrutura sindical do país. Um dia depois, Menem anunciou que vai iniciar por decreto o desmonte dos sindicatos, através do corte dos planos de saúde (uma das principais fontes de renda dos sindicatos). Como se pode notar, tudo de acordo com as intruções dos verdadeiros chefes do governo argentino. A queda de braço vai continuar, pois os trabalhadores desse país poderão ainda este ano realizar uma nova greve geral, desta vez de 48 horas.

O QUE SE VIU



Manifestação de metalúrgicos italianos em Milão, no dia 27 de setembro, em protesto contra medidas do governo que visam cortar benefícios dos trabalhadores. Na mesma semana, 120 mil metalúrgicos da Alemanha entraram em greve, também contra ataques às conquistas e benefícios sociais.

O QUE SE DISSE

"É difícil explicar por que apoiamos um partido que atua contra o governo, enquanto o PFL e o PPB, que estão com Maluf, tudo fazem para apoiá-lo no Congresso."

Luis Carlos Santos, ministro de FHC designado para ser o porta-voz da posição do governo no segundo turno das eleições em São Paulo. Mais claro, impossível. Na revista Veja em 9/10/96.

"Quer apostar que até o dia 15 de novembro, Fernando Henrique declara voto em Pitta?"

Paulo Maluf, entusiasmado com o apoio do Planalto, lança o desafio. Longe de nós duvidar que o prefeito de São Paulo ganhe tal aposta. No Jornal do Brasil, em 7/10/96.

"Se não fosse o Proer, milhões de brasileiros teriam perdido o sono. E não apenas

o sono."

Anúncio institucional do Banco Central veiculado nas principais revistas e órgãos de imprensa do país, pago, claro, com dinheiro público. Engraçado, não sabíamos que as famílias dos banqueiros falidos eram compostas por milhões de pessoas...

"A UDR renasceu nas suas bases em defesa da agropecuária, da iniciativa privada, das liberdades democráticas e sobretudo, dos direitos do cidadão, consagrados em nossa Constituição."

Roosevelt Roque dos Santos, presidente da UDR em Presidente Prudente, São Paulo. Achamos que devido a erros de digitação o texto do fazendeiro saiu incompleto. Faltou a palavra latifundiário depois de cidadão. Quanto à defesa das liberdades democráticas, sem dúvida, foi a piada do mês. No jornal Folha de S.Paulo, em 7/10/96.

P S T U

◆ Nacional: Tel - 549-9699/575-6093 (SP) ◆ São Paulo (SP): Rua Nicolau de Souza Queiroz 189 - Paraíso - Tel (011) 572-5416 ◆ São Bernardo do Campo (SP): Rua João Ramalho 64 - Tel (011) 756-0382 ◆ Guarulhos (SP): Rua Glaucio Souza Lima 17 Vila Augusta ◆ São José dos Campos (SP): Rua Mario Galvão 189 Centro Tel (0123) 41-2845 ◆ Rio Claro (SP): Av. 1, 1143 Centro - Tel 24-0193 ◆ Niterói (RJ) Rua Marques de Caxias 87, centro ◆ Rio de Janeiro (RJ): Rua da Candelária 87 4º And. Tel (021) 233-7374 ◆ Florianópolis (SC): Av. Hercílio Luz, 820 - centro CEP 88020-001 ◆ Duque de Caxias (RJ): Rua Nunes Alves 75 Sala 602 ◆ Belo Horizonte (MG): Rua Padre Belchior, 289 Centro Tel: (031) 226-3460 ◆ Natal (RN): Av. Rio Branco 815 Centro ◆ São Luís (MA): Rua Candido Ribeiro, 441 Sala 1 Centro - (098) 232-4683 ◆ J. Pessoa (PB): (079) 231-8340 / 211-1867 ◆ Maceló (AL): Rua 13 de Maio 87 Poço ◆ Brasília (DF): SDS Ed. CONIC - Sobreloja 21 - cep 70391-900 Tel (061) 225-7373 ◆ Goiânia (GO): (062) 229-2546 ◆ Belém: Rua Riachuelo, 134 Comércio Tel (091) 225-3042 ◆ Manaus (AM): Rua Emilio Moreira 821 Altos Centro (092) 234-7093 ◆ Recife (PE): Rua da Glória, 472 Tel (081) 231-3800 ◆ Fortaleza (CE): Av. da Universidade 2333 Centro - Tel 221-3972 ◆ Porto Alegre (RS): Rua Borges de Medeiros, 549 4º andar Centro ◆ Passo Fundo (RS): Rua Teixeira Soares, 2063 ◆ São Leopoldo (RS): Rua São Caetano, 53 ◆ Teresina (PI): Rua Lizandro Nogueira 1655 sala 02 - Centro

O nosso endereço eletrônico é: sede.pstu@mandic.com.br

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. CGC 73282.907/000-64 Atividade principal 61.81. Endereço: Rua Jorge Tibiriçá, 238 - bairro Saúde - São Paulo-SP-CEP 04126-000. Impressão:

Gráfica Vannucci

CONSELHO EDITORIAL
Martiniano Cavalcanti, Junia Gouveia, José Maria de Almeida, Valério Arcary, Enio Bucchioni, Carlos Bauer e Edna Araújo
JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)
DIAGRAMAÇÃO
Inácio Marcondes Neto

A batalha do 2º turno

O PSTU não considera encerrada a sua participação no processo eleitoral. Haverá segundo turno em 15 capitais, em sete delas estará presente o PT e isto exige um claro posicionamento do nosso partido.

Nos locais onde a disputa for entre dois candidatos de partidos da classe dominante, o **PSTU** chamará e militará pelo voto nulo. Conclamamos desde já a que, em capitais como o Rio de Janeiro, seja formada uma frente entre os partidos da classe trabalhadora para chamar o voto nulo e desmascarar a farsa, o arsenal de demagogia que esses candidatos vão utilizar nessa disputa para enganar o povo trabalhador. Muitos criticam a campanha pelo voto nulo por este ser apenas uma simples negação de tudo. Pois neste caso será uma justa negação, aos partidos e aos demagógicos candidatos burgueses, muitos deles aliados incondicionais do projeto neoliberal de FHC.

De outro lado, na maioria das capitais e cidades onde a disputa for entre um candidato da classe dominante contra um do PT, o **PSTU** deverá chamar o voto nos candidatos petistas que, de maneira geral, estarão representando um justo e legítimo sentimento de milhões de trabalhadores que vão querer derrotar os representantes de oligarquias, de banqueiros, empreiteiros etc.

Mas para o **PSTU**, de nenhuma forma o chamado a votar no PT se confunde com o

apoio à política e ao programa que esse partido desenvolve nesta campanha eleitoral. Vamos dizer aos trabalhadores, com os nossos panfletos e militantes, que é necessário votar no PT para derrotar os Malufs e cia. Participaremos dos comícios. Mas não hesitaremos em dizer alto e bom som que não apoiamos a política de querer governar para ricos e pobres. Condenaremos energicamente a política de buscar alianças para o 2º turno e até coalizões de governo com os partidos burgueses como o PSDB, principal responsável pela aplicação da cartilha neoliberal no Brasil.

Alertaremos os trabalhadores que, se o PT não romper com a burguesia e com seus pseudo setores "progressistas", suas futuras administrações municipais, onde triunfar, terminarão em sérias derrotas para os trabalhadores, como já são os casos de Vitor Buaiz e Cristóvam Buarque ou como terminaram as administrações de Belo Horizonte e São José dos Campos.

Vamos dizer que uma administração petista deve governar para os trabalhadores, deve apoiar a luta pela moradia e as ocupações de terreno e não reprimi-las, deve suspender o pagamento da dívida municipal



para com banqueiros e empreiteiras. Diremos que um governo do PT não pode reprimir ou arrochar o funcionalismo como faz Cristóvam Buarque em Brasília e que uma gestão petista deve ser de oposição frontal ao governo de FHC ao contrário do que tem sido as atuais.

Em resumo, chamaremos o voto no PT, mas continuaremos a dizer Não! ao projeto neoliberal de FHC e seus aliados. Continuaremos a dizer que os trabalhadores devem governar e que os governos petistas só terão sentido para estes se optarem pela via da ruptura com a classe dominante.

OPINIÃO

Lições da greve argentina

José Maria de Almeida,
Secretário de Organização da CUT Nacional

Dias 26 e 27 do mês passado aconteceu a segunda greve geral na Argentina, em 40 dias. Além da fortíssima adesão dos trabalhadores, o alto descontentamento da população com a política do governo Menem levou a que praticamente todos os partidos políticos apoiassem a greve (com exceção do partido de Menem, o Justicialista).

A greve argentina não se constitui em um fato isolado, nem na América Latina e nem no restante do mundo. Houve recentemente uma greve geral de 48 horas no Paraguai. Ainda está em andamento um jornada de luta dos trabalhadores bolivianos. Na Venezuela, meses atrás, as ruas voltaram a serem ocupadas por protestos contra a política governamental. No nosso país, a recente greve dos bancários, a articulação de categorias como metalúrgicos, petroleiros e eletricitários, são também expressões do reanimamento do movimento, que tende a seguir o mesmo caminho dos países vizinhos no questionamento da política neoliberal.

A realidade na Europa não é diferente. Dia 27 de setembro, ocorreu na Itália uma greve envolvendo mais de 1 milhão de trabalhadores que reivindicavam aumento de salários. Na Alemanha, 120 mil metalúrgicos entraram em greve dia 1º contra uma lei que retira direitos dos trabalhadores. Há na Espanha uma "Marcha sobre Madrid" marcada para 15 de outubro contra a tentativa do governo de congelar os salários no setor público. Na França, está marcada para dia 17 próximo uma nova greve geral dos trabalhadores do setor público. Ou seja, a resistência ativa dos trabalhadores às políticas neoliberais é cada vez mais "globalizada".

Nesse quadro ganha importância a iniciativa acertada entre as Centrais Sindicais presentes na Argentina, que aprovaram a proposta da CUT de realizar um dia de luta latino-americano em defesa dos direitos dos trabalhadores, contra o desemprego e os ajustes neoliberais. A data de tal manifestação será acertada nos próximos dias, e caso se torne realidade essa será sem dúvida uma data histórica para a classe trabalhadora desta região do planeta. Pois dará início à construção de uma unidade capaz de derrotar o neoliberalismo.

CARTAS

Negro!!!... Vota em negro???

Com a entrada de Celso Pitta nas eleições deste ano para disputar a prefeitura da principal cidade do Brasil, surgiu um grande enigma para as organizações do movimento negro que dizem ser a questão da etnia o principal divisor e centro das lutas, especificamente no Brasil. A luta contra o racismo e a opressão aos negros, sem dúvida nenhuma, é uma das questões mais importantes, entre outras, para que a maioria deste país possa ter uma melhoria qualitativa. Não só a luta, como também a organização dos negros fora e dentro de um "partido revolucionário". Mas, o que é ser negro? É apenas uma questão de epiderme, de ter a pele "preta"? Se for assim, pela coerência, o correto seria todos votarem no Celso Pitta para resolver os problemas do Brasil. Interessante! Os mesmos que dizem ser a etnia o centro da luta social hoje e estirpam a importância da luta entre classes, não aceitam Celso Pitta como negro e candidato, porque ele está relacionado com um dos setores que mais oprimiu os Negros. Mas alguns que aceitam, somente enxergam a sua cor e nada mais... Essas organizações enxergam somente o supérfluo e imediato do problema.

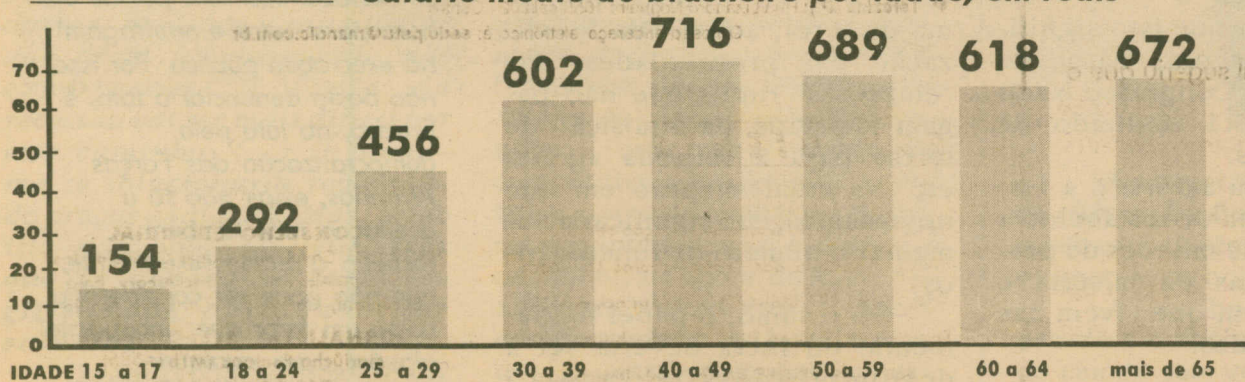
Hoje, no Brasil, ser negro é não ter onde morar;

é não ter o que comer;
é não ter onde trabalhar;
é não ter onde estudar;
é não ter nem corpo para a cor aparecer;
é branco, loiro, "moreno", preto... não podendo viver.

"Somente a revolução socialista não resolverá os problemas do negro; mas sem ela, nenhuma solução se materializará por completo".

Geraldo B. Da Silva Jr.,
São Bernardo do Campo (SP)

NÚMEROS Salário médio do brasileiro por idade, em reais



Fonte: PME/IBGE/Ipea. Dados relativos às regiões metropolitanas, coletados entre janeiro e junho

Ocupações de terras e prédios são legítimas

Militar gay é "homem morto"

Wilson H. da Silva

Até uma semana atrás, o coronel do Exército Sérgio Carlos Zani Maia era considerado um militar e um pai de família exemplar. Hoje, ele é praticamente um homem morto. O motivo: a homossexualidade do coronel foi descoberta em episódio, no mínimo, humilhante. Pego enquanto mantinha uma relação sexual em seu carro, Zani Maia foi parar na delegacia, foi afastado do Exército e, no momento, encontra-se internado em uma clínica psiquiátrica (algo totalmente irregular, já que, há mais de dez anos, a Organização Mundial de Saúde afirma que homossexualidade não é doença, nem física nem mental).

Indignidade

As Forças Armadas brasileiras, assim como do resto do mundo, proíbem a existência de homossexuais em suas fileiras. E, seja no Exército, na Marinha ou na Aeronáutica, as perseguições e punições são enormes. No caso brasileiro, contudo, elas são de causar inveja aos inquisidores da Idade Média. Segundo a revista Veja, de 2/10/96, Zani Maia "poderá ser punido com prisão e retirado da ativa, com reforma compulsória" e, por ser oficial, poderá receber uma "declaração de indignidade, com perda de posto e patente", através da qual "o militar condenado é considerado morto e sua mulher passa a receber pensão como se fosse viúva" (o grifo é nosso).

Preconceito cruel

Vivo, mas considerado morto, o coronel Zani Maia, é um exemplo lamentável do brutal e absurdo preconceito que ronda a vida de gays e lésbicas neste país. Obrigadas a manter uma "vida dupla" para "manter as aparências", são muitas as pessoas que, como o coronel, vêem o mundo se desfazer sob seus pés de uma hora para outra e naufragam na execração pública. Por isso, não basta denunciar o fato, é preciso, na luta pela democratização das Forças Armadas, exigir não só a aceitação mas também o respeito à homossexualidade, que não pode ser considerada como um fator que "incapacite" alguém para qualquer atividade.

Os funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de São Paulo estão mobilizados desde meados de setembro contra a nomeação

do novo superintendente do órgão, que não é considerado pelos servidores como alguém favorável à reforma agrária. Durante quinze dias eles realizaram uma greve, depois a suspenderam para negociar com o Ministério da Agricultura a saída do superintendente nomeado e podem retomá-la a qualquer momento. Para nos contar esta história e falar também da relação que os servidores do Incra têm com a luta pela terra, o **Opinião Socialista** entrevistou João Teixeira, presidente da Associação dos Funcionários do Incra de São Paulo (Asincra) e funcionário desse órgão há 29 anos.

Opinião Socialista — Por que os funcionários do Incra entraram em greve em São Paulo contra a nomeação do novo superintendente?

João Teixeira — A nossa revolta foi primeiro com a forma como foi demitido o anterior superintendente, o Miguel Abeche. Não houve nenhum respeito: foi sumário, por telefone, sem ouvir ninguém aqui. Para complicar, o novo superintendente nomeado, Jonas Vilas Boas, é coordenador do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) e tem um problema sério de relacionamento com os trabalhadores rurais. Sob o seu comando, este órgão pratica uma política de divisão dos sem-terras. Por exemplo no Pontal, o Itesp enganou mais de 700 famílias com a história dos assentamentos provisórios, em troca da promessa de que iriam atrás de mais terras para garantir o assentamento definitivo, o que não ocorreu. Com isso, jogou estas famílias contra o MST.

Além disso, o Pontal é uma área de conflito sério desde 1990 e a esfera estadual, através do Itesp, não conseguiu até hoje solucionar o problema.

Opinião Socialista — Mas qual é o objetivo de vocês com esta mobilização?

João Teixeira — Primeiro queria concluir a primeira parte dizendo que a nomeação de Jonas Vilas Boas significa trazer tudo o



Funcionários do Incra defendem luta pela reforma agrária

que está errado no Itesp para o Incra. Segundo, nós consideramos que a sua nomeação é uma intervenção do estado sobre o único órgão federal que constitucionalmente tem a função de fazer a Reforma Agrária. Nosso principal objetivo é impedir que o Jonas tome posse. Não queremos ele aqui.

Opinião Socialista — Como os funcionários do Incra encaram o problema

da reforma agrária?

João Teixeira — Todos os servidores, apesar das nossas dificuldades, porque somos muito poucos (aqui em São Paulo há 86 funcionários do Incra), têm uma visão muito clara: a reforma agrária é a saída para resolvermos esta crise social crônica do país e gostaríamos de contribuir neste processo. Isto é possível porque dinheiro e terra tem. Falta coragem aos governos, não só de FHC mas de seus antecessores, para resolver o problema. Porque isto significa, por exemplo, bater de frente com o Congresso Nacional, que está coalhado de latifundiários.

A reforma agrária é a forma mais barata de restabelecer a dignidade de milhões de pessoas e tirá-las da miséria e degradação em que vivem nas grandes cidades.

Opinião Socialista —

Qual é a sua opinião sobre as ocupações dos sem-terras, especialmente de prédios públicos como o Incra?

João Teixeira — Somos plenamente a favor das ocupações e de todas as formas de luta que os sem-terras utilizarem para conquistar a reforma agrária. As ocupações de terras e prédios públicos são legítimas e contam com o nosso apoio. Aliás, quero esclarecer que é mentira essa história de que servidores públicos são sequestrados e humilhados toda vez que os sem-terras ocupam um órgão público. Aqui mesmo no prédio do Incra, já houve ocupação e nós a apoiamos.

Opinião Socialista — Como funcionário do Incra, qual deveria ser, na sua opinião, a função deste órgão em relação à Reforma Agrária?

João Teixeira — O Incra, dentro da condição que ele tem como órgão federal, deveria estar com um trabalho concreto voltado para a solucionar o problema da terra, através da fiscalização das propriedades, das "empresas" rurais que não pagam impostos, da aquisição de terras para a reforma agrária etc. Na atual situação em que nós estamos, isso significaria aumentar o número de funcionários.

Em resumo, o papel fundamental do Incra deveria ser a desapropriação de terras para a Reforma Agrária.

"Desapropriar terras deveria ser a função principal do Incra"

"A reforma agrária é a saída para acabar com a crise social"

FHC e Serra levam surra nas eleições de São Paulo

Fernando Silva,
da redação

Os resultados das eleições municipais de 3 de outubro confirmaram as características principais deste processo eleitoral: despolitização, vitória do continuísmo, ou seja, um voto conservador no sentido de apoio à continuidade das gestões de inúmeras prefeituras. Nas principais capitais, por exemplo, o debate esteve polarizado por temas locais, como as grandes obras. Embora vá ocorrer segundo turno em 14 capitais e em várias importantes cidades do país como São Bernardo do Campo, Campos, Londrina, Caxias do Sul, entre outras, já é possível uma primeira avaliação dos partidos.

O PFL de Antonio Carlos Magalhães e o PPB de Paulo Maluf saíram fortalecidos, devem ficar com mil e 800 prefeituras respectivamente e ambos estão como favoritos na disputa do segundo turno nas duas principais capitais: PFL no Rio e PPB em São Paulo. O PSDB, embora vá dar um salto de 547 para mais de mil prefeituras, saiu enfraquecido devido à surra que levou José Serra em São Paulo, onde o governo, a partir do próprio presidente, se empenhou de corpo e alma. O PSDB também foi derrotado em Fortaleza, um dos seus tradicionais redutos.

Este resultado do partido de FHC não é o suficiente para questionar o seu Plano



José Serra

Real, mas vai trazer mais dificuldades para o PSDB na barganha com os seus aliados em temas centrais para o governo, como a emenda da reeleição. Não é por acaso, e não é nenhuma surpresa, que o governo federal já tenha liberado seus ministros para apoiar os candidatos dos partidos aliados, especialmente Celso Pitta em São Paulo, que já recebeu o apoio oficial do governo através do ministro Luis Carlos Santos, o articulador político de FHC.

Também é possível identificar um fortalecimento eleitoral do PT, que de 50 prefeituras deve saltar para 110. Além disso, está no segundo turno em sete capitais e liquidou no primeiro turno a disputa em Porto Alegre. Em alguns estados, o crescimento desse partido foi superior à sua média nacional. No Rio Grande do Sul, o PT de sete prefeituras irá para 21.

Em linhas gerais, o PT canalizou um voto de oposição geral ao governo, já que outros partidos que normalmente eram depositários do voto oposicionista, ou não são mais de oposição, como é o caso do PSDB, ou naufragaram nestas eleições, como o PDT brizolista. Porém, este voto no PT, ao contrário de muitas outras vezes já não é um voto de caráter classista, até porque a direção do PT contribuiu para e despolitizar a campanha e na esmagadora maioria dos casos descaracterizar completamente o próprio passado do partido.

Sérgio Koei

Aonde pode levar o eleitoralismo?

João Ricardo e
Fernando Silva,
da redação

Embora ainda vá ocorrer o segundo turno, que terá a participação do PT em sete capitais e que seguramente envolverá milhares de militantes e ativistas da esquerda brasileira, já se faz urgente um primeiro balanço da postura dos partidos de esquerda neste processo eleitoral.

Para nós, a referência número um é que a realidade brasileira e também latino-americana está cruzada pela aplicação do projeto neoliberal. E a atual situação da Argentina deixa claro aonde esta cartilha que PSDB, PFL e PPB querem aplicar levará os trabalhadores.

Como também está sendo demonstrado na Argentina, a única estratégia coerente que os trabalhadores brasileiros podem ter é de derrotar o projeto neoliberal a partir da sua mobilização direta. Necessariamente, isto significa dizer que para os partidos da classe trabalhadora as eleições de 3 de outubro deveriam se constituir em um momento capaz de potencializar esta luta ou a construção desta estratégia.

Mas, na nossa opinião, não foi isso o que ocorreu por parte do PT e também do PCdoB. Os milhões de votos conquistados pelo PT poderão perder-se no ralo do eleitoralismo devido à insistência da direção desse partido em adaptar-se ao jogo burguês, em aceitar a despolitização do debate, em abrir mão de denunciar os verdadeiros respon-

sáveis pelo desemprego. Ou seja, ao ser depositário de milhões de votos, em geral dos setores mais politizados da classe trabalhadora, o PT, ao invés de potencializar a luta contra o projeto neoliberal, simplesmente, cede ao eleitoralismo.

As consequências disso não são pequenas. A primeira é que cria-se uma distância cada vez maior entre a participação da classe trabalhadora nas eleições e as suas reivindicações e lutas. Mais grave ainda, é que acaba prevalecendo um verdadeiro vale-tudo eleitoral, como foi e é a política de Erundina em São Paulo, que busca o apoio do PSDB, do PMDB e até do reacionário Francisco Rossi.

Um parêntese. Também o PCdoB, como mínimo, tem uma postura bastante contraditória entre aquilo que fala e o que faz. Esse partido tem o mérito de ter um perfil de oposição ao projeto neoliberal e, inclusive, de estar a favor da luta para derrotá-lo. O diabo é que nestas eleições o PCdoB fez coligações pelo país afora com PSDB, PTB, PMDB, PDT. Não deve ser fácil convencer as pessoas que dentro desses partidos há setores ávidos por resistir e derrotar o neoliberalismo...

Para nós do PSTU, a participação nas eleições não pode estar desvinculada da estratégia de derrotar o plano neoliberal e o governo FHC. Por estas razões é que nos orgulhamos da nossa votação após uma campanha dedicada a denunciar implacavelmente esse projeto, todos os partidos da classe dominante que dele comungam e afirmar que só com a luta a vida pode mudar.

Gislaine



Paulo Maluf

200 mil vezes PSTU!

Marco Antonio Ribeiro,
da redação

Um dia depois da eleição para prefeito e vereadores em São Paulo, um militante do **PSTU** foi procurado pelo irmão. Ele queria pedir desculpas. Havia votado em Luiza Erundina, do PT, para prefeita e na legenda do **PSTU** para vereador.

Em 1992, ele havia votado no candidato a vereador da Frente Revolucionária, em 1994 fechou o voto com os candidatos do **PSTU**, mas desta vez não havia quem o convencesse a votar no **PSTU** para prefeito. "Maluf de novo não dá", anunciou.

Episódios como este se repetiram nas cidades de Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Natal, Recife, Florianópolis, Aracaju e Diadema. Nesses municípios, os candidatos do **PSTU** às prefeituras viram seus índices caírem na reta final da campanha. O voto que iria para os prefeitos, entretanto, não se perdeu. Ele se deslocou para a legenda de nosso partido, fazendo do voto "PT para majoritário e legenda **PSTU** para proporcionais" um fenômeno que se verificou em todo o país.

Na maioria das cidades, a legenda do **PSTU** recebeu entre duas e sete vezes mais votos do que os candidatos à prefeitura. Mesmo nas cidades onde o **PSTU** estava coligado e nosso partido só possuía candidatos a vereadores, o voto de legenda foi grande. É o caso de Belém. Nossa candidata, Cacilda Pinto obteve 2.433 votos na cidade e a legenda, 3.500.

Em São Bernardo do Campo, onde o **PSTU** apoiava o petista Vagner Lino, a legenda recebeu 1.983 votos. "Nós nem fazíamos campanha para a legenda", contou um militante. "O pessoal via a campanha do **PSTU** de São Paulo pela TV e na hora de votar cravou 16. Foi uma surpresa", disse.

Incrível, mesmo, foi na cidade de São José do Rio Preto, no interior paulista. Nossa legenda não tinha candidato próprio a prefeito nem a vereador. Fizemos uma ampla campanha de apoio a candidatos petistas. Mesmo assim, na hora de apurarem os votos, apareceram 1.600 votos na legenda. Foi a legenda mais votada da cidade. Quando os companheiros da cidade ligaram para a sede nacional do **PSTU**, para passar a informação, o companheiro que recebia as informações das cidades perguntou, incrédulo, ao telefone: "dá para explicar de novo?"

Cidade	Prefeito	%	Vereador	%	Legenda	%	Vereador + Legenda	%
Manaus (AM)	1687	0,35	353	0,07	2910	0,6	3263	0,67
Belém (PA)	—	—	2433	0,44	3500	0,6	5933	1,04
São Luís (MA)	695	0,21	240	0,07	1439	0,53	1679	0,6
Teresina (PI)	565	0,21	254	0,09	1432	0,56	1740	0,65
Fortaleza (CE)	—	—	1309	0,14				
Natal (RN)	1254	0,43	651	0,22	1286	0,44	1967	0,66
João Pessoa (PB)	516	0,22	371	0,17	2099	0,88	2470	1,05
Recife (PE)	2393	0,33	2551	0,34	4727	0,65	7278	0,99
Maceió (AL)	—	—	469	0,2				
Aracaju (SE)	1713	0,81	1636	0,78	1077	0,51	2713	1,29
Belo Horizonte (MG)	4692	0,38	1443	0,11	5848	0,48	7291	0,59
Rio de Janeiro (RJ)	7779	0,23	5153	0,15	17966	0,53	23119	0,68
São Paulo (SP)	9282	0,16	9994	0,18	50319	0,89	60313	1,07
Curitiba (PR)	1325	0,16	332	0,05	5613	0,69	5945	0,74
Florianópolis (SC)	1784	1,09	404	0,23	1005	0,58	1409	0,81
Porto Alegre (RS)	1297	0,16	1528	0,21	5190	0,66	6718	0,87
Campo Grande (MS)	—	—	708	0,24	1684	0,6	2392	0,84
Goiânia (GO)	10269	2,31	3672	0,76	3471	0,71	7143	1,47
Guarulhos (SP)	1071	0,27	135	0,03	3039	0,77	3174	0,8
Osasco (SP)	673	0,19	228	0,07	1910	0,55	2138	0,62
Franco da Rocha (SP)	637	1,71	62	0,17	40	0,15	102	0,3
Santo André (SP)	793	0,2	331	0,08	3141	0,79	3472	0,87
São Bernardo (SP)	—	—	189	0,06	1983	0,58	2172	0,64
Diadema (SP)	412	0,22	532	0,29	1410	0,75	1942	1,04
S. José dos Campos (SP)	2190	0,89	2588	1,03	2056	0,84	4644	1,87
S. José do Rio Preto (SP)	—	—	—	—	1600	(?)	1600	(?)
Ribeirão Preto (SP)	715	0,29	584	0,24	1877	0,75	2461	0,99
Santa Maria (RS)	920	0,72	233	0,18	206	0,16	439	0,34
Passo Fundo (RS)	362	0,4	920	1,1	(?)	(?)	(?)	(?)
São Leopoldo (RS)	—	—	432	(?)	100	(?)	532	(?)
Contagem (MG)	—	—	395	0,15	1712	0,63	2107	0,78
Monte Carmelo (MG)	271	1,03	(?)	(?)	(?)	(?)	(?)	(?)
João Monlevade (MG)	699	1,94	(?)	(?)	(?)	(?)	(?)	(?)
Itajubá (MG)	786	1,93	(?)	(?)	(?)	(?)	(?)	(?)
Niterói (RJ)	—	—	957	0,32	1249	0,35	2233	0,67

Faltando ainda resultado de 12 cidades



Partido é a segunda legenda mais votada na esquerda

Pedro Santos,
de Porto Alegre

Em Porto Alegre, o PSTU se opôs à avalanche petista liderada pelo candidato Raul Pont. Lançou candidatura própria e foi para o debate. Saiu com um resultado positivo. O candidato Júlio Flores considerou a votação recebida pela legenda do PSTU como animadora. A legenda do partido obteve 5.190 votos.

"Saímos da eleição nas principais capitais como a segunda legenda mais votada entre os partidos operários de esquerda, categoria em que incluímos o PT, o PCdoB e o PCB", festejou Júlio.

A baixa votação obtida nas eleições para prefeito em todo o país não é vista por Flores como indicativo de derrota. "Nosso partido tem três anos de existência, é pobre e enfrentou candidatos de partidos tradicionais em todo o país", avalia. "Os derrotados foram partidos que apóiam os governos federal e estaduais, entre os quais há siglas com meio século de idade", acrescenta Júlio, que retomou esta semana sua atividade como funcionário do Banco Meridional e dirigente sindical bancário.

Agora, os candidatos do PSTU vão se dedicar à luta e organização dos trabalhadores e da juventude.

Wladimir Souza

Contra burguês, é 16

O comentarista econômico Luís Nassif inventou uma estranha teoria para explicar o voto de legenda no PSTU. Insinuou, no jornal *Folha de S. Paulo*, que o nosso partido se beneficiou por ter o número 16. Como nosso número começa com 1, como o PT (13), o PPB (11) e o PMDB (15), e o terceiro número de todos os candidatos é 6, teríamos recebido todos os votos de eleitores desses partidos que engoliram o segundo número na hora de digitar. Assim, por exemplo, ao invés de votar 11666 teriam votado 1666 e a urna eletrônica acabaria computando esse voto para nossa legenda.

Incrível explicação. É inacreditável que alguém ganhe tanto para falar uma estupidez

desse calibre. Como o notório economista explicaria o voto de legenda do PSTU em Recife, onde o primeiro colocado tinha o número 25 e o segundo o número 45?

O voto na legenda do PSTU tem razões outras que as apresentadas pelo pouco esperto economista. Esse voto é a expressão de um processo de ruptura do tradicional eleitorado petista com a direção desse partido. O voto em nossa legenda, como muitos petistas fizeram questão de declarar na reta final da campanha, era um voto de desconfiança na direção do PT. Os que ficaram indignados com o tal "PT que diz sim", o slogan de Erundina em São Paulo, votaram para vereador no partido que diz "não".

Esse voto era a afirmação de um programa de enfrentamento com o capitalismo e nisso ele se distanciava da direção petista. O slogan utilizado em um grande número de cidades "contra burguês, vote 16", ficou gravado na memória. Na véspera da eleição, o jornal *O Globo* alertava que o slogan havia pegado. E apurados os votos, *O Globo* voltou à carga e atribuiu ao slogan a surpreendente votação na legenda, afirmando que ela havia superado o número de votos de legenda recebidos pelo PDT e pelo PMDB. (M.A.R.)

Resultado foi positivo

Os cerca de 200 mil votos recebidos pela legenda do PSTU e seus candidatos a vereador em todo o país têm para nós um valor inestimável, porque representam um espaço favorável ao governo dos trabalhadores. É importante destacar que as eleições ocorreram em meio a uma conjuntura defensiva para os trabalhadores. Um momento no qual suas ações diretas não estão no centro do cenário nacional como ocorreu em 1989, por exemplo.

Além disso, as condições do processo eleitoral controlado pela classe dominante nada tiveram de democrático. Prevaleceram, como de costume, as campanhas milionárias bancadas pelo poder econômico dos grupos ca-

pitalistas e o controle e a manipulação dos grandes meios de comunicação a favor dos candidatos burgueses. Para agravar esta situação, presenciamos nessa campanha os demais partidos de esquerda, particularmente o PT, abdicarem de uma campanha cujo foco fosse uma implacável denúncia do projeto neoliberal de FHC e a defesa das reivindicações dos trabalhadores e de sua independência política.

Por estas razões, o PSTU considera sua campanha vitoriosa, embora a votação da maioria de nossos candidatos a prefeito tenha sido bem menor que a de nossa legenda, devido à avalanche do voto útil petista na reta final da campanha. (M.A.R.)



Reunião sindical pode marcar dia de luta continental

Clara Paulino,
da redação

Nos dias 10 e 11 de outubro, as centrais sindicais dos países do Mercosul se reunirão para discutir e elaborar propostas de ações comuns contra o projeto neoliberal. Da reunião participarão dirigentes sindicais das centrais brasileiras CUT, Força Sindical e CGT; representantes da CGT (Argentina), CUT (Paraguai), PIT-CNT (Uruguai); além da CUT chilena e da COB boliviana. Também participarão do evento o presidente da Organização Regional e Interamericana dos Trabalhadores (Orit), Luís Anderson, e diretores da Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (Ciosl).

A proposta de realizar uma reunião com este caráter surgiu em Buenos Aires durante a greve geral argentina de 26 e 27 de setembro, quando também em diversos países da América do Sul ocorreram manifestações de solidariedade aos argentinos. Não é à toa, já que em linhas gerais todos os governos da América Latina estão seguindo à risca o modelo neoliberal.

Para José Maria de Almeida, o Zé Maria, membro da Executiva Nacional da CUT e do **Movimento por uma Tendência Socialista**, "a integração do movimento sindical do continente é uma saída correta para tentar frear a implementação da cartilha neoliberal. Por isso, na reunião das centrais sindicais é fundamental que se concreti-



Manifestantes na recente greve geral argentina

ze um dia de luta latino-americano em defesa dos direitos dos trabalhadores, contra o desemprego e os ajustes neoliberais."

Sem dúvida, nunca uma ação unificada dos trabalhadores no continente foi tão necessária. Na Argentina, por exemplo, depois de praticamente ter privatizado todas as estatais, o presidente Carlos Menem quer aumentar a jornada de trabalho para 12 horas, eliminar a indenização por demissão e flexibilizar os salários. O país possui cerca de 35 milhões de habitantes, dos quais 17,1% estão desempregados. No Uruguai, 12,3% da população economicamente ativa está sem emprego. No Paraguai, 8% da população em idade de trabalhar também está

desempregada e outros 42% formam uma legião de subempregados. Um recente documento do governo paraguaio afirma que três em cada dez famílias paraguaias estão abaixo da linha de pobreza e uma em cada dez está submersa na indigência.

De outro lado, tem crescido a resistência dos trabalhadores às consequências dessa política eco-

nômica, como demonstram as recentes greves na Argentina, no Paraguai, e também as mobilizações por reforma agrária no Brasil e na Bolívia.

Por isso e com razão, Zé Maria afirma que "a concretização dessa mobilização será sem dúvida uma data histórica para a classe trabalhadora e dará início à construção efetiva de uma unidade que poderá derrotar o neoliberalismo".

Proposta de reunião surgiu durante greve geral na Argentina

Não há unidade com empresários

Fernando Silva,
da redação

A reunião entre as centrais sindicais é sem dúvida uma iniciativa de grande importância para os trabalhadores latino-americanos. Não é por acaso que o Semanário do Mercosul, do jornal Gazeta Mercantil, dedicou mais de duas páginas para esta mobilização dos sindicatos. Porém, não se pode ignorar que existem visões diferentes entre as centrais sindicais sobre a luta contra o neoliberalismo. Por exemplo, o dirigente da PIT-CNT (central sindical única uruguaia), Eduardo Fernández, declarou que a intenção da central é propor ações conjuntas "por objetivos pontuais, evitando um marco apenas com declarações" e ainda "buscar consenso com o setor empresarial ante situações específicas que prejudicam ambas as partes." (Semanário do Mercosul, Gazeta Mercantil, de 7 a 13/10)

Ora, que consenso com os empresários é possível buscar para uma mobilização contra o projeto neoliberal? Afinal, não custa lembrar que os governos aplicam a cartilha, mas quem executa as demissões e, de quebra, apóia os ajustes estruturais, as reformas trabalhistas e os violentos cortes sociais são os empresários.

Quanto aos objetivos, é certo que não se deve ficar apenas em declarações, mas tampouco em formulações vagas como "objetivos pontuais". O grande objetivo e tarefa desta reunião, e que marcará o seu êxito, será definir um dia de luta unificado dos trabalhadores do continente contra as consequências do projeto neoliberal e os responsáveis pela sua aplicação.

MOVIMENTO

Bancários encerram greve

Após nove dias em greve, os bancários resolveram no último dia 4 aceitar a contraproposta da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), que reajusta em 10,8% os salários (a partir de setembro), garante um abono de 45% sobre os salários reajustados e aumenta em 12% o piso da categoria. A Fenaban também dará um abono de 60% mais R\$ 270 a título de participação nos lucros e resultados, que será pago em fevereiro de 1997. Os bancários reivindicavam, originalmente, um reajuste salarial

de 21% e mais 6,7% de aumento real.

A greve no setor bancário, que possui cerca de 530 mil trabalhadores em nível nacional, atingiu centralmente os bancos privados das principais cidades do país. Na região de maior número de bancos da capital de São Paulo, o céu esteve congestionado por helicópteros utilizados pelos diretores do Itaú e Unibanco para furar a greve.

Apesar de parcial, a greve tentou reacender a mobilização

em um setor que vem enfrentando altos índices de demissão. No ano de 1995, os bancos brasileiros demitiram 66.605 funcionários. Entre janeiro e junho deste ano, foram demitidos 39.579 bancários.

A redução do setor bancário está vinculada à sua informatização, terceirização e a elitização dos serviços prestados pelos bancos. Só o Itaú investe US\$ 150 milhões por ano em automação e possui uma das maiores redes de caixas-eletrônicos da América Latina. (C.P.)

Mercosul: a ideologia do sucateamento e desemprego

José Martins

economista e membro do Instituto de Estudos Socialistas

Nem mesmo o Banco Mundial se preocupa em esconder o que está por trás da reforma trabalhista que ele prescreveu ao patético governo argentino. Vejam o que descreve o jornal *O Estado de S. Paulo*, de 1/10/96: "A reforma da legislação trabalhista pretendida pelo presidente argentino, Carlos Menem, provocará o desaparecimento dos sindicatos e a redução dos salários, alerta um relatório confidencial feito por especialista do Banco Mundial (Bird) (...). Na avaliação dos técnicos do Bird que assessoram o Ministério do Trabalho argentino **é preciso eliminar a estrutura sindical criada pelo peronismo há mais de meio século**". O objetivo é, segundo eles, "acabar com o monopólio legal dos sindicatos sobre as negociações entre empregados e empresas, para que o emprego e salário tenham mais flexibilidade."

Os economistas liberais não se preocupam muito em justificar as suas afirmações, principalmente quando se trata de preços e salários. O Sr. Guilherme Calvo, por exemplo, que pertence à escola que comanda governos neoliberais na América Latina, deu na semana passada uma conferência sobre "mercados emergentes" em Washington, organizado pelo JP Morgan. Ele falou ao jornal *Página 12*, de Buenos Aires. Algumas jóias da entrevista: "a flexibilização do mercado de trabalho é o mais importante para se melhorar os preços relativos. (...) Caso a flexibilização trabalhista não seja suficiente, teria que se pensar até o fim do ano em outras medidas transitórias que dêem um empurrão nas exportações; a saída da recessão vai ser mais difícil por esse caminho. (...) O problema se solucionaria rebaixando preços e salários. Mas, como isto não pode ser feito, **tem que se conseguir certa legitimidade para rebaixar salários**".

Quando o jornalista lhe diz que isto não vai agradar a quem



Protesto contra fome em Buenos Aires

não está ganhando nem o suficiente para chegar até o fim do mês, ele responde: "Bom, então digamos que a culpa do desemprego é dos que estão empregados. Não quero ser tão duro, mas se alguém acredita que com desemprego de 20% o seu salário não vai cair, não entende o que está acontecendo." (Página 12, 2/10/96)

Ele é bastante sincero ao afirmar que só a miséria dos trabalhadores pode aumentar a riqueza do capital. Mas não vai ser a receita liberal dele e dos seus colegas que vai tirar a Argentina do beco sem saída em que ela se encontra. Vejam a situação do comércio exterior daquela economia: as exportações cresceram de US\$ 12,5 bilhões em 1991 para US\$ 22,5 bilhões em 1995. Este expressivo aumento de 80% se deve, entretanto, ao crescimento das

exportações para o Brasil: em 1990 apenas 16% das exportações industriais argentinas se dirigiam para cá. Em 1995, en-

tretanto, o quadro tinha se modificado: 41% para o Brasil, 9% para o Nafta e 9% para a União Européia.

Em resumo, o comércio exterior argentino se encontra totalmente dependente das compras brasileiras. Isso quer dizer que o "plano de conversibilidade" significou uma grave perda de competitividade argentina frente às economias dominantes do comércio internacional e passou a depender, até agora, do Mercosul. Até agora, porque esta válvula de escape também está se fechando: "o crescimento das exportações brasileiras para a Argentina

está preocupando o governo do país vizinho (...) o saldo a favor da Argentina em agosto ficou em apenas US\$ 6 milhões, em relação a uma média mensal superior a US\$ 100 milhões nos últimos 24 meses" (*Gazeta Mercantil*, 1/10/96).

Então, são os economistas liberais que não entendem o que está se passando na Argentina e no Brasil, dois perdidos no jogo sujo do Banco Mundial, FMI, Consenso de Washington etc. Eles tratam a compe-

titividade destas duas grandes economias como se estivessem na Malásia, Hong-Kong ou nas "zonas econômicas especiais" da China. Tanto para a Argentina, quanto para o Brasil, aplicam um **ideário mercantilista simples**, em que a produção e o mercado interno devem ser adaptados ao livre-comércio globalizado. No limite, estas economias se converteriam em imensas Zonas Francas (semelhantes às que existem em Manaus, no Brasil, ou na Terra do Fogo, na Argentina, só que voltadas para fora). E a **produção industrial seria transformada em montagem industrial**.

Mas este movimento se reveste de uma forma violenta de sucateamento e de desemprego. Por isso, trata-se apenas de uma leviandade ideológica desses economistas a afirmação de que o combate ao desemprego e o aumento da produtividade da força de trabalho se darão com a redução do salário e a eliminação dos sindicatos. Basta olhar para o México, Argentina ou Brasil, onde essas medidas já estão sendo aplicadas há um bom tempo, para se verificar que elas estão provocando exatamente o contrário do que eles afirmam.

Tem crítica da conjuntura econômica chegando para você

É o semanal Sucesso editorial do Núcleo de Educação Popular 13 de Maio há mais de 10 anos, você pode receber todo sábado, no seu caso, o análise crítica das mais importantes acontecimentos econômicos, políticos e internacionais para quem não se conforma com o que estão dizendo os economistas oficiais, os comentaristas da mídia e os colaboradores em geral. Resine o *Rede* e saiba mais sobre os obscuros movimentos da realidade capitalista.

Envie hoje para (011) 336350 (Chamada) ou através de correio eletrônico: "opinioesocialista" ou "opinioesocialista" e envie para: **Análise Semanal da Conjuntura Econômica** - 13 de Maio - Caixa Postal 11290-2 - CEP 05443-970 São Paulo, SP.

Importante: **Se quiser receber este jornal gratuitamente, envie um cartão postal para o Núcleo de Educação Popular 13 de Maio, Caixa Postal 11290-2, CEP 05443-970 São Paulo, SP.**

☒ SIM, desejo assinar a Análise Semanal da Conjuntura Econômica

nome completo _____

endereço (rua, n.º, complemento) _____

estado _____ CEP _____

cidade _____

☐ Semestral (18 exemplares) a R\$ 10,00 por 6 meses (envio por correio) ☐ Anual (36 exemplares) a R\$ 18,00 por 12 meses (envio por correio)

☐ Exterior (48 exemplares) a R\$ 24,00 por 12 meses (envio por correio)

* Abreviação: *opinioesocialista* e José Martins.
Deposito bancário: 1.000 reais (valor de contribuição) - BANCOPAR (Agência 102) - Conta 92.003.424 - no 1160 - Agência 0152 - Conta 00721-3

Em uma colaboração entre o **Opinião Socialista** e o **Núcleo de Educação Popular 13 de Maio**, esta semana você estará recebendo junto com esta edição do jornal uma proposta de assinatura do boletim **Análise Semanal da Conjuntura Econômica**.

É uma boa oportunidade para quem quer aprofundar o estudo e a análise dos principais fatos da economia no Brasil e no mundo com um ponto de vista marxista.

Não perca essa oportunidade.

Rebelião palestina sacode Oriente Médio

Wilson H. da Silva e
Estela Maris,
da redação

No final de setembro uma explosão de protestos nos territórios palestinos fez com que a imprensa mundial falasse no ressurgimento da Intifada, a rebelião palestina que varreu os territórios ocupados por Israel entre 1987 e 1993. E tudo indica que, de fato, estamos colocados diante da possibilidade da retomada do "levante" que sacudiu a região durante aquele período.

Os protestos recentes tiveram início no dia 25 e foram provocados pela abertura de um túnel de 2 mil anos localizado ao lado da mesquita de Al Aqsa na cidade de Jerusalém. Além de fortes motivações religiosas (o local é o terceiro lugar mais sagrado para os árabes), a revolta palestina pode ser explicada principalmente como uma reação contra a intenção do governo israelense de tomar o controle absoluto de Jerusalém.

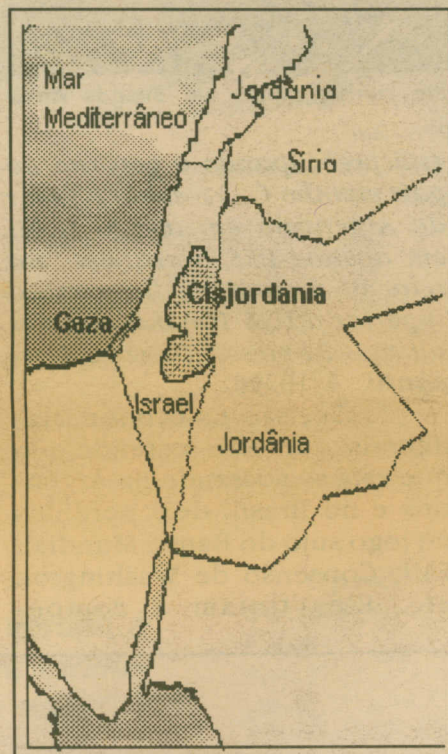
Durante os confrontos morreram pelo menos 53 palestinos, a grande maioria civis, e 14 soldados israelenses. A revolta começou de forma espontânea em Jerusalém e em poucas horas se espalhou pelas ruas de Gaza e da Cisjordânia.

Nos primeiros dias da rebelião ficou evidente que Yasser Arafat, presidente da Organização pela Libertação da Palestina (OLP) e da Autoridade Palestina (AP) — oficialmente responsável pelo governo dos territórios ocupados — não controlava a situação por completo.

A força policial dirigida pela AP (de 45 mil homens), já famosa pelo fato de ser utilizada para reprimir os setores mais radicalizados entre os palestinos, se dividiu e parte dos policiais se uniram aos manifestantes, utilizan-



Policiais palestinos se dividiram



do suas armas contra o exército de Israel.

Diante disso, e com a clara intenção de retomar o controle da situação, Arafat foi obrigado a convocar uma greve geral que paralisou completamente os territórios.

Em represália às manifestações, o governo racista de Israel decretou um absurdo toque de

recolher que obrigava os palestinos de cidades como Hebron e várias outras a permanecer em casa durante 21 horas, só podendo sair de casa entre as 6 e as 9 horas da manhã, para se abastecer. Se isso não bastasse, para conseguir uma "permissão especial" para sair fora desses horários, os soldados israelenses humilhavam os palestinos forçando-os a implorar de joelhos.

A insistência de Binyamin Netanyahu em manter o túnel aberto significou uma provocação tão descarada que ampliou a divisão interna israelense. Um ato chamado pelo movimento "Paz Agora", no dia 3/10, contrário à política do governo, reuniu 50 mil pessoas em Tel Aviv, que tem menos de 1 milhão de habitantes.

O imperialismo, por outro lado, não poupou hipocrisia e cinismo. Países como França e Inglaterra, que deram um amplo apoio a todas as aventuras criminosas dos Estados Unidos no Oriente Médio, como o recente ataque ao Iraque, "condenaram" a atitude de Israel. Clinton, por sua vez, sequer criticou a atitude de Israel e vetou qualquer possibilidade de condenação do país na Organização das Nações Unidas, a ONU.

Israel e OLP voltam a negociar

No domingo, 6 de outubro, teve início uma nova rodada de negociações entre a Autoridade Palestina (AP) e o governo de Israel. Quando fechávamos a edição desse jornal, ainda era bastante difícil definir quais seriam os rumos das conversações. Por um lado, Benjamin Netanyahu falava em "estabelecer novas bases para o acordo" assinado entre Yasser Arafat e o governo israelense anterior, então dirigido pelo trabalhista Rabin. Por outro, a direção da AP defendia a retirada imediata do exército israelense da cidade de Hebron, o fechamento do "túnel da discórdia" e o estabelecimento de canais de ligação entre a Faixa de Gaza e o território da Cisjordânia.

Ambos querem acordo

Não há razões que levem Israel a querer romper com a política de acordos patrocinados pelo imperialismo norte-americano. Principalmente porque os acordos são extremamente favoráveis à Israel. Através deles, o território administrado pela Autoridade Palestina não passa de pequenas faixas de terra, militarmente cercadas por Israel, que em muito se assemelham aos bantustões criados pelo regime racista do apartheid, na África do Sul. Em suma, esse acordo, busca assegurar o controle de Israel sobre a região sem que haja a necessidade de se recorrer à guerra, ao mesmo tempo em que dá algumas migalhas para a direção da OLP, que, de quebra, passou a reconhecer o Estado de Israel como legítimo.

Diferença de "tom"

A diferença entre o governo de Netanyahu e Rabin é que o atual governo israelense, pressionado por sua ultra-conservadora base social — formada por ortodoxos e colonos que moram nos territórios ocupados — não quer fazer qualquer tipo de "nova concessão" territorial. Muito pelo contrário. A abertura do túnel é um sintoma da vontade de Israel em controlar ainda mais cada centímetro da região.

Reunião de cúpula foi um fiasco

Diante da explosiva situação na Palestina, o presidente norte-americano, Bill Clinton, convocou um reunião de cúpula no dia 1º de outubro, da qual participaram o rei Hussein, da Jordânia, Arafat e Netanyahu.

A milhares de quilômetros Aiman Said, um jovem palestino de 20 anos, resumiu as expectativas de seu povo em relação à farsa montada por Clinton, Arafat e Israel: "Pela minha previ-

são, essa reunião de cúpula não dará em nada. Os Estados Unidos apoiam Israel o tempo todo. As coisas aqui em Hebron estão piorando a cada dia que passa" (Folha de S. Paulo, 3/10/96).

Para ele, como para milhares de outros jovens, a única saída possível é continuar nas ruas reeditando as cenas que ficaram famosas entre 1987 e 1993, quando jovens enfrentavam os soldados israelenses

apenas com pedras.

Arafat, obviamente, não aposta nessa saída. Muito pelo contrário. Apesar de continuar sendo o principal dirigente palestino, o líder da OLP fez todas as concessões que os israelenses exigiram nos "acordos de paz", assinados a partir de 1993. O problema é que, agora, o governo israelense quer "refazer" os acordos em base a menos concessões. (WHS e EM)

Por uma Palestina laica, democrática e não-racista

Reproduzimos nesta página os principais trechos de uma resolução publicada pela Liga Internacional do Trabalhadores (Quarta Internacional) — LIT-QI —, com a qual o PSTU mantém relações fraternais, sobre a situação atual da luta palestina.

Israel é um enclave imperialista-colonial. A sua criação foi um projeto colonialista de grandes burgueses judeus apoiados pelos governos imperialistas. (...) Durante décadas o movimento sionista concentrou judeus na Palestina contando com a ajuda do imperialismo inglês para massacrar a resistência de seus habitantes, como na repressão à greve de 1936. Em 1947, os governos imperialistas e a burocracia soviética legitimaram, através da ONU, a criação de Israel, usurpando terras palestinas. (...)

O Estado sionista surgiu sobre o sangue e a miséria de todo um povo (...) Ao mesmo tempo, estabeleceu-se uma violenta discriminação contra os palestinos que permaneceram dentro das suas fronteiras que eram e são tratados até hoje por leis militares. O estado israelense invadiu mais e mais territórios, como a Cisjordânia e Gaza, com o que aumentou seu "espaço vital" e aproveitou para dar terras para os novos colonos judeus que chegavam. (...) O imperialismo tem nesse enclave uma gigantesca base militar para a contra-revolução no Oriente Médio.

O início da Intifada em dezembro de 1987 foi a demonstração de que as massas palestinas aprenderam a lição das lutas dos libaneses, que em 1985 impuseram a primeira derrota militar a Israel. (...)

A OLP, ao se tornar uma expressão real da luta palestina, no final dos anos 60, adotou a Carta Nacional Palestina, que defendia "o estabelecimento de uma sociedade democrática e livre na Palestina, aberta a todos os palestinos, muçulmanos, cristãos e judeus".

A Quarta Internacional, em 1948 tomou uma posição de defesa dos direitos nacionais palestinos, pela destruição do Estado de Israel e a formação desta Palestina laica, democrática e não-racista.

Esta bandeira sintetiza admiravelmente algumas das principais tarefas da revolução socialista na região: laica, para abolir o estado teocrático de Israel; democrática, garantindo direitos iguais para todas as nacionalidades e não-racista, abolindo as leis racis-

tas contra os palestinos. Como o Estado de Israel se baseia na dominação teocrática, racista e se utiliza de métodos fascistas contra os palestinos, a realização dessas reivindicações só pode ser alcançada através de sua destruição.

Diversas organizações que se reivindicam revolucionárias (...) abandonaram este programa acabando por aceitar a co-existência de dois estados, um palestino e outro judaico na região. Hoje a direção da OLP está buscando aplicar este projeto, dos dois estados, deixando de lado a luta pela destruição do estado de Israel.

Os "dois estados" significam o estado de Israel dominando política e militarmente a região. (...) Seguimos defendendo uma Palestina laica, democrática e não racista. A destruição do estado de Israel é a única maneira de viabilizar esta perspectiva. É o caminho para uma futura Federação Socialista do Oriente Médio.

O fato de sermos contrários aos acordos de Oslo não nos impede de defender reivindicações parciais que possibilitem a unidade de ação com quem defende a retirada imediata das tropas israelenses dos territórios palestinos, libaneses e sírios. Defendemos a autodeterminação dos palestinos e a retirada imediata do exército israelense de Gaza e Cisjordânia. Da mesma maneira a libertação dos presos políticos palestinos.

Não depositamos nenhuma confiança em Arafat! Exigimos a entrega de armas ao povo palestino, aos combatentes da Intifada, para que não dependa da polícia de Arafat o enfrentamento com os israelenses. Pela organização da autodefesa dos palestinos!..



Sob as bênçãos de Clinton, Arafat e "Bibi" querem novos acordos

Israel e OLP enfrentam crises

"Existe uma polarização social e política e uma crise crescente em Israel. Os antigos imigrantes sionistas, em boa parte da classe média, setores do proletariado e da burocracia estatal são influenciados pelo Partido Trabalhista. Os imigrantes pobres, que chegaram ao país a partir da década de 70, vindos do próprio Oriente Médio, junto com setores desclassados dos Estados Unidos e da Europa, são a base social do Likud, o partido da direita israelense que governa hoje. Estes buscam as colônias como alternativa para ascensão social e têm na ultra-direita sua alternativa política. O desemprego crescente em Israel têm como atenuantes não só os dólares norte-americanos, como as terras dos palestinos.

Existe ainda uma ultra-direita armada e abertamente fascista, que praticou inúmeros atentados contra os palestinos e rechaça qualquer acordo que signifique concessão territorial.

Tanto o Partido Trabalhista como o Likud querem o "acordo de paz", assim como querem a continuidade da imposição militar. No entanto o Likud quer o acordo com menos concessões para os palestinos, ampliando as colônias judaicas, o que significa choques com a burguesia árabe e a OLP.

O processo de polarização atinge também os palestinos, podendo chegar a uma guerra civil entre eles. Arafat conseguiu, através de eleições no território dirigido pela Autoridade Palestina (AP), começar a construir um arremedo de estado burguês. A AP tem de se apoiar na burguesia palestina e nas burguesias árabes para implementar o plano de paz. Para assegurar o plano, o governo de Arafat prende e tortura os militantes do Hamas, cumprindo o papel de polícia reclamado pelo imperialismo, mas sem conseguir controlar totalmente o processo."

60.357 votos para o PSTU em São Paulo

Em São Paulo, o PSTU obteve 60.357 votos na chapa de vereadores, sendo 50.359 na legenda. Pela primeira vez o partido lançou candidaturas próprias. Defendemos propostas de oposição para valer a FHC e dissemos a verdade sobre Serra e Pitta, representantes dos especuladores e das empreiteiras.

O candidato a prefeito, Valério Arcary, recebeu telefonemas que o ameaçavam de morte e o PSTU sofreu mais de 30 processos jurídicos dos partidos burgueses.

Como em todo o país o que prevaleceu foi a "democracia" dos ricos. O tempo de TV foi monopolizado por seus partidos. Serra e Pitta gastaram mais de R\$ 20 milhões em suas campanhas, o que corresponde a mil apartamentos do Cingapura! O PSTU teve a sua campanha na cidade totalmente financiada pelos trabalhadores que nos apoiaram e gastamos R\$ 65 mil. Nosso partido lançou 21 candidatos a vereador na maior cidade da América do Sul. Para exemplificar a campanha vitoriosa que tivemos, entrevistamos o companheiro Daniel Reis, candidato a vereador mais votado do PSTU na cidade, 1.122 votos, conseguidos entre os trabalhadores dos Correios e os moradores de Americanópolis, um dos bairros mais pobres da Zona Sul de SP, o que nos deixa muito orgulhosos e satisfeitos.

Negro, favelado e socialista

Opinião Socialista — Como foi sua campanha eleitoral?

Daniel — O partido discutiu que era importante que tivéssemos vários candidatos nas categorias onde atuamos, para poder divulgar as propostas do PSTU. Eu sou funcionário dos Correios, sou carteiro, e diretor do Sindicato. Além disso, moro num bairro muito pobre da Zona Sul de São Paulo e, como negro, sei que é muito importante que os trabalhadores do meu bairro conheçam as propostas do meu partido. Durante a campanha, discuti com muita gente a necessidade de nos organizarmos, no bairro e no Sindicato, para lutar contra os planos do governo. Por isso mesmo, fui ameaçado várias vezes por telefone, porque minha campanha estava incomodando os "poderosos" que querem continuar mandando no bairro. Quem apoiou e votou no PSTU e na minha candidatura, sabe que estamos contra os burgueses e que lutamos para que os trabalhadores governem este país. Só isto já foi muito positivo.

Opinião Socialista — Quem apoiou você?

Daniel — A gente fez a campanha nos Correios e no meu bairro. As pessoas que apoiaram o Partido e votaram em nós, são daí. Fizemos duas atividades no bairro durante a campanha: uma festa com 100 pessoas e um comício com 300 pessoas. Eu já era conhecido, porque sou fundador da Associação dos Moradores. Nós mostramos que o PSTU é um Partido que está ao lado dos trabalhadores todos os dias, e não só no dia da eleição.



Campanha do PSTU na periferia de São Paulo. À esquerda Daniel Reis

No dia da boca-de-urna, tinha 16 pessoas, que apoiaram a minha candidatura, fazendo panfletagem debaixo da maior chuva. Isso foi muito bonito. Elas fizeram boca-de-urna o dia todo, porque acreditam na nossa política. Não estavam recebendo nada, como fazem os partidos burgueses, que pagam pra ter "boqueiros". São todas pessoas de garra, de luta e é por isso que resolveram apoiar o PSTU.

Opinião Socialista — O que você achou da sua votação e do PSTU nestas eleições?

Daniel — Eu achei excelente. Nenhum de nós esperava que o Partido tivesse 50 mil votos na legenda. Essa é a nossa primeira eleição, tivemos uma campanha pobre, falando contra os patrões e seus candidatos. Defendemos a classe trabalhadora, sem fazer promessas men-

tirosas e milhares de pessoas concordaram com a gente. Isto é a coisa mais importante destas eleições. Os meus votos são poucos, se a gente comparar com os milhões de eleitores que tem em São Paulo. Mas, saber que 1.100 pessoas votaram num candidato negro, pobre e trabalhador, que é morador de uma favela, que passou a campanha inteira dizendo que eleição só não resolve, que nossa vida só vai mudar com a luta e que não devemos confiar nos patrões, é maravilhoso. Não fui eleito, mas eu tenho certeza que cada um dos militantes e das pessoas que nos apoiaram, estão orgulhosos e felizes com a campanha que nós fizemos.

Opinião Socialista — As eleições acabaram. Resta apenas o segundo turno. Na sua opinião, o que o PSTU deve fazer daqui pra frente?

Daniel — Como você disse, ainda tem o segundo turno e o Partido em São Paulo está discutindo o que fazer para derrotar Pitta e Maluf. Vamos lutar para que o PT não faça alianças com os patrões. Como já disse, o PSTU é o partido de todos os dias da classe trabalhadora e com certeza as pessoas vão nos encontrar nas lutas. Mas, tem uma coisa que considero muito importante fazer, depois das eleições: voltar a discutir com todos os que nos apoiaram, para agradecer o apoio dado e convidá-los para participar do nosso partido. Eu vou fazer isso nos Correios e no bairro, para não perder o contato com todas as pessoas que me apoiaram. Vou levar a assinatura do nosso jornal, o **Opinião Socialista**, para todos. Assim elas podem conhecer melhor o PSTU e saber o que estamos fazendo.